

Zimbra

andreza@tre-pb.jus.br

segue a resposta aos esclarecimentos elaborada pela comissão

De : SEBEN - Seção de Benefícios <seben@tre-pb.jus.br>

seg., 24 de nov. de 2025 12:35

Assunto : segue a resposta aos esclarecimentos elaborada pela comissão

Para : cpl <cpl@tre-pb.jus.br>

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025

PROCESSO SEI: 0008057-37.2023.6.15.8000

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial.

SOLICITANTE: UNIMED JOÃO PESSOA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Prezados Senhores,

Em atenção à petição de esclarecimentos interposta pela licitante supracitada, a qual questiona critérios de qualificação econômico-financeira e a operacionalização de reembolsos previstos no instrumento convocatório, cumpre a esta Equipe de Planejamento e Pregoeiro prestar os devidos esclarecimentos técnicos e jurídicos, fundamentados na estrita legalidade e na supremacia do interesse público.

1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (PATRIMÔNIO LÍQUIDO)

A licitante questiona a exigência de Patrimônio Líquido Mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, caso os índices de liquidez sejam inferiores a 1 (um), alegando desproporcionalidade frente à natureza jurídica das sociedades cooperativas.

Esclarecimento Técnico:

Impende destacar, ab initio, que a Administração Pública, ao estipular critérios de qualificação econômico-financeira, age em conformidade com o dever de cautela, visando assegurar que a futura contratada detenha robustez suficiente para suportar os encargos da execução contratual. A exigência de índices contábeis e, subsidiariamente, de capital social ou patrimônio líquido mínimo, encontra amparo expresso no art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Não obstante a natureza societária de "capital variável" das cooperativas (Lei nº 5.764/1971), tal característica não as exime de demonstrar solvência compatível com as obrigações que pretendem assumir perante o Erário. A isonomia, neste contexto, consiste em tratar igualmente os licitantes na exigência de garantias de exequibilidade, não havendo lastro legal para a dispensa de comprovação de saúde financeira sob o pálio da natureza cooperativista.

Contudo, para fins de verificação da solvência e aplicação do percentual de 10% (dez por cento) exigido para o Patrimônio Líquido (no caso de índices

de liquidez inferiores a 1), esclarece-se que a base de cálculo será o valor anual estimado da contratação, e não o valor global da vigência plurianual.

Tal interpretação alinha-se ao disposto no item 9.8.2.3 do Termo de Referência, que textualmente estabelece a exigência sobre o "valor anual estimado", mitigando qualquer alegação de desproporcionalidade e garantindo a competitividade do certame sem renunciar à segurança contratual. Portanto, ratifica-se que a comprovação deve observar o balizamento pelo valor anual, sendo este suficiente para atestar a capacidade de suporte financeiro da licitante.

2. DO ATENDIMENTO EM REDE NÃO CREDENCIADA E REGRAS DE REEMBOLSO

A licitante solicita clarificação quanto à hermenêutica dos itens 5.2.33 e 5.2.34 do Termo de Referência, que tratam da utilização de serviços não credenciados e respectivos reembolsos, questionando se tais dispositivos seguem as diretrizes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Esclarecimento Técnico:

Sobre a matéria, é imperativo consignar que a contratação de serviços de assistência à saúde suplementar pela Administração Pública não se dissocia do arcabouço regulatório setorial.

Os dispositivos questionados no Edital e no Termo de Referência não constituem uma "carta branca" para a utilização indiscriminada de prestadores não conveniados, nem impõem à Operadora obrigações alheias à regulação vigente. A previsão de facultar aos beneficiários a utilização de serviços externos (livre escolha) e o respectivo reembolso deve ser interpretada de forma sistemática e em estrita consonância com as normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Especificamente, o ressarcimento e a utilização de rede não credenciada seguirão o rito estabelecido na RN/ANS nº 566/2022 (ou norma superveniente), que dispõe sobre a garantia de atendimento aos beneficiários.

Dessa forma:

- Nos casos de urgência e emergência, ou na comprovada indisponibilidade/inexistência de prestador integrante da rede assistencial no município (conforme diretrizes da ANS), o reembolso deverá ser integral ou garantido o transporte, conforme a regulação setorial.
- Nas demais hipóteses de livre escolha (quando houver rede credenciada disponível, mas o beneficiário optar por prestador externo), o reembolso obedecerá estritamente aos limites e condições contratuais previstos nas Tabelas de Remuneração Próprias da Operadora, conforme alude o item 5.2.34 do TR, sendo o excedente de responsabilidade do usuário, a ser tratado diretamente com a Contratada.

Portanto, as cláusulas editalícias apenas refletem a mecânica de reembolso e garantia de atendimento já pacificada pela regulação da ANS, não havendo antinomia jurídica ou operacional a ser sanada.

Sem mais para o momento, mantêm-se as datas e condições do certame, observados os esclarecimentos supra.

Atenciosamente,


Zimbra

andreza@tre-pb.jus.br

Fwd: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL DO PE Nº90026/2025

De : cpl@tre-pb.jus.br

seg., 24 de nov. de 2025 07:45

Assunto : Fwd: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL
DO PE Nº90026/2025 2 anexos**Para :** SEBEN <seben@tre-pb.jus.br>

Sra. Chefe,

Solicito a análise do pedido de esclarecimento, em anexo, com urgência.

Atenciosamente,

Andreza Alves Gomes
Pregoeira

----- Mensagem encaminhada -----

De: "Lorrana Martins Ferreira" <lorrana.ferreira@unimedjp.com.br>

Para: "cpl" <cpl@tre-pb.jus.br>

Cc: "Flavia de Lourdes Araujo Chaves" <flavia.lourdes@unimedjp.com.br>, "Natalia Machado Da Silva" <natalia.machado@unimedjp.com.br>, "Danillo Navarro Ribeiro Oliveira" <danillo.oliveira@unimedjp.com.br>, "Tatiana Peixoto Vital" <tatiana.vital@unimedjp.com.br>

Enviadas: Sexta-feira, 21 de novembro de 2025 16:45:56

Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL DO PE Nº90026/2025

Prezada Comissão,

Encaminhamos pedido de esclarecimentos referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90026/2025.

Por gentileza, confirmar recebimento.

--

Atenciosamente,

**Assinatura.png**
38 KB**PEDIDO_DE_ESCLARECIMENTOS_-_TRE_90026.2025_assinado.pdf**
667 KB

AO ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Pregão Eletrônico n.º 90026/2025

Processo SEI n.º 0008057-37.2023.6.15.8000 Contratante (UASG): Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (070009)

A **UNIMED JOÃO PESSOA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, sociedade cooperativa de primeiro grau, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 08.680.639/0001-77, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 32.104-4, com sede na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 420, Torre, João Pessoa/PB, CEP 58.040-140, por intermédio de seu representante legal, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fundamento nas disposições do próprio instrumento convocatório e nos princípios que regem os procedimentos licitatórios, apresentar **Pedido de Esclarecimentos** em face do Pregão Eletrônico acima referenciado, publicado por este Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, o que faz pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I. Do Pregão Eletrônico e Do Pedido de Esclarecimento

Trata-se do Edital de **Pregão Eletrônico n.º 90026/2025**, na modalidade "**aberto**" e com critério de julgamento de "**menor preço**", lançado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (**TRE/PB**), visando à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial, Laboratorial, Psiquiátrica e Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapias, na modalidade de pré-pagamento, para seus beneficiários.

A sessão pública para a disputa de preços está agendada para o dia **25/11/2025**, às 09h00 (horário de Brasília).

A Unimed JP, na qualidade de cooperativa de trabalho médico, tem interesse em participar do certame. Contudo, uma análise aprofundada do instrumento convocatório e de seus anexos revelou a existência de cláusulas que, *data venia*, restringem indevidamente a competitividade, ferem os princípios da razoabilidade e da isonomia, e impõem obrigações que extrapolam os limites legais e regulatórios.

Tais exigências desconsideram as particularidades jurídicas e operacionais das sociedades cooperativas, criando barreiras que dificultam ou impedem sua participação em condições de igualdade com as demais licitantes. Dentre os pontos que demandam correção, destacam-se a exigência de patrimônio líquido mínimo de forma inflexível e do atendimento em serviços não credenciados e regras de reembolso.

Diante do exposto, torna-se imperativo o esclarecimento para garantir a lisura, a isonomia, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, saneando as irregularidades apontadas.

II. Do Mérito e Dos Fundamentos Jurídicos

a) Da Exigência Desproporcional de Patrimônio Líquido Mínimo (Item e.2.1 da pág. 15 do Edital)

O item **e.2.1**), na seção de **Qualificação Econômico-Financeira** do Edital (e no item 9.8.2.3 do Termo de Referência), impõe que, caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a (um) em qualquer dos índices de liquidez (Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)), deverá comprovar um **Patrimônio Líquido Mínimo de 10% do valor total estimado da contratação**.

A exigência de Patrimônio Líquido Mínimo (PLM) atende, em tese, a uma preocupação legítima de solvência. Contudo, essa exigência, aplicada de forma inflexível, **desconsidera a natureza jurídica das sociedades cooperativas, regidas pela Lei nº 5.764/1971**. Conforme a referida lei e o modelo de negócio cooperativista, o **capital social** das cooperativas é de natureza **variável**, cujo valor pode flutuar com a entrada e saída de associados, **não representando, isoladamente, a mesma garantia de solvência que em uma sociedade de capital tradicional**.

A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que trata de contratações de serviços continuados, em seu Art. 21, §1º, II, estabelece que a comprovação da capacidade econômico-financeira de cooperativas deve ser analisada em função do capital social *mínimo* ou do valor do patrimônio líquido *mínimo*, conforme o caso. As cooperativas já possuem regras de qualificação específicas previstas no Edital (item 7.1, alínea f), mas a condição de PLM imposta no item e.2.1 não está prevista como obrigatória na Lei nº 14.133/2021 para cooperativas que não se enquadram como ME/EPP e pode se mostrar desarrazoada.

Portanto, o **Edital está sendo questionado quanto a este ponto no sentido de:**

1. Considerando o valor estimado total da contratação é de **R\$ 1.453.208,47** (Hum milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e oito reais e quarenta e sete centavos), e que o **Patrimônio Líquido Mínimo** exigido seria de **R\$ 145.320,847** (10% desse valor), o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) confirma que essa exigência se aplica integralmente às **sociedades cooperativas**, mesmo considerando o capital social variável inerente a essa forma jurídica?

2. Em caso afirmativo, o TRE-PB pode esclarecer se admite a **aferição da qualificação econômico-financeira das cooperativas** por outros meios que reflitam sua real capacidade de honrar seus compromissos, como a comprovação de **solvência atestada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)**, que é o órgão regulador específico para o objeto da contratação (planos de saúde), ou por meio de **Certificação de Qualidade Operacional**?
3. Reconhecendo a natureza peculiar das cooperativas, é possível a exclusão da exigência do Patrimônio Líquido Mínimo (PLM) de 10% para as cooperativas que comprovem sua saúde financeira através do **balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis** exigidas na alínea e.2 (Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente), mesmo que os índices de liquidez sejam inferiores a 1?

Pleiteia-se a **adequação da referida cláusula à realidade das sociedades cooperativas**, permitindo a aferição da qualificação econômico-financeira por outros meios que reflitam a real capacidade da cooperativa de honrar seus compromissos, de forma a **ampliar a competitividade** do certame, conforme o princípio geral previsto na Lei nº 14.133/2021.

b) Do Atendimento em Serviços Não Credenciados e Regras de Reembolso (Item 5.2.33, 5.2.34 do TR e 5.5.7 do ETP)

O Termo de Referência (TR) e as obrigações da Contratada (ETP, Item 5.5) apresentam dispositivos que necessitam de esclarecimento quanto à sua **operacionalização**, especialmente em face da legislação regulatória da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a natureza do modelo de saúde operado pela licitante.

Os dispositivos em questão (presentes no TR – Anexo I e na Minuta do Contrato – Anexo IV) estabelecem:

- **Item 5.2.33 do TR (e Item 5.5.23 do ETP / Cláusula Quinta, alínea ee) da Minuta):** "Facultar aos beneficiários a utilização de serviços em hospitais e clínicas não conveniados/credenciados, ocasião em que os mesmos arcarão com os custos da diferença dos serviços, se houver, diretamente com a CONTRATADA, não sendo permitido lançamento em fatura mensal, bem como todos os procedimentos relativos à operacionalização".
- **Item 5.2.34 do TR (e Item 5.5.24 do ETP / Cláusula Quinta, alínea ff) da Minuta):** "Prestar aos beneficiários, através dos estabelecimentos e profissionais conveniados pela CONTRATADA, consultas, exames, métodos complementares, internamentos em apartamentos individuais ou coletivos e UTI e **reembolsar conforme as tabelas praticadas pela Operadora de Saúde**".

- **Item 5.5.7** do ETP (Item 5.2.16 do TR e Cláusula Quinta, alínea **n**) da Minuta): "Reembolsar aos beneficiários, na data da prestação do serviço, os pagamentos efetuados pelos serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapias, feitos em estabelecimento não credenciado pela empresa, desde que comprovada a urgência ou emergência do atendimento ou a ausência ou indisponibilidade do serviço na localidade, **nos termos da RN/ANS n.º 566/2022 ou outra que lhe venha a substituir**".

A redação conjugada desses itens gera dúvidas, uma vez que a operadora de saúde (Contratada) não possui prerrogativa legal para **autorizar ou gerir procedimentos em hospitais e clínicas que não fazem parte de sua rede credenciada ou referenciada**, exceto nos casos previstos na legislação de reembolso (urgência/emergência ou inexistência de prestador local), conforme o próprio **Item 5.5.7 do ETP, 5.2.16 do TR/Cláusula Quinta, alínea n**) cita, referenciando a RN/ANS n.º 566/2022.

Nesta vereda, o **Edital está sendo questionado quanto a este ponto no sentido de:**

1. Considerando o que está disposto no **Item 5.2.33** do TR (utilização de serviços em hospitais e clínicas não conveniados/credenciados) e **Item 5.2.34** do TR ("reembolsar conforme as tabelas praticadas pela Operadora de Saúde") o TRE/PB pode esclarecer se essa "utilização" se refere ao **mecanismo de reembolso** atualmente praticado, qual seja: utilizar-se dos nossos canais de atendimento para solicitação de garantia de acesso a rede e não havendo possibilidade do atendimento, solicitar o reembolso nos limites e condições definidos pelas **Tabelas de Remuneração Próprias da Operadora de Saúde** ou, nos casos de urgência/emergência, na forma integral determinada pela **RN/ANS n.º 566/2022**?

Pleiteia-se, pois, a clarificação destes mecanismos operacionais, essenciais para a composição da proposta técnica e de preços, garantindo que as obrigações contratuais estejam em estrita consonância com a legislação da ANS.

III. Do Requerimento

Diante de todo o exposto e considerando as dúvidas levantadas no Item II, alínea "a", desta petição, a **UNIMED JOÃO PESSOA – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** requer a Vossa Senhoria, com fundamento nas disposições do Edital e nos princípios que regem os procedimentos licitatórios, que sejam **prestados os devidos esclarecimentos** acerca dos pontos suscitados, especialmente no que tange à exigência de Patrimônio Líquido Mínimo (Item e.2.1, pág. 15 do Edital).


Requer-se, em suma, a manifestação formal do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB) sobre a possibilidade de:

- a) Confirmar a aplicabilidade da exigência do **Patrimônio Líquido Mínimo de 10%** para as sociedades cooperativas de trabalho médico, com capital social variável, considerando a Lei n.º 5.764/1971.
- b) Admitir **meios alternativos de comprovação da capacidade econômico-financeira** para as cooperativas, tais como o atestado de solvência ou o cumprimento dos requisitos de capital e provisões exigidos pela **Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)**.
- c) Reconhecer a particularidade das cooperativas, permitindo a **adequação da cláusula** para que a comprovação se dê apenas pelos demais índices contábeis (LG, SG, LC), ainda que inferiores a 1, afastando-se a exigência do PLM de 10% do valor estimado da contratação;
- d) Sejam **prestados os devidos esclarecimentos** acerca dos pontos suscitados no **Item II, alínea "b"**, desta petição, referentes à operacionalização dos serviços em rede não credenciada e às regras de reembolso.

Isso posto, e por ser medida que visa garantir a isonomia e ampliar a competitividade do certame,

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa/PB, 21 de Novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIA DE LOURDES ARAUJO CHAVES RAMALHO**
Data: 21/11/2025 16:44:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

UNIMED JOÃO PESSOA – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO